

# FRENTES DE EXPANSÃO

## OS NOVOS ESPAÇOS DOS VELHOS PROBLEMAS

*Entrevista com José de Souza Martins \**

**Travessia:** *Brevemente, como foram pensadas as frentes de expansão no Brasil ao longo do século XX?*

**J. S. Martins:** As frentes de expansão, no Brasil, não foram propriamente “pensadas”. Proponho que se distinga “frentes de expansão” de “frentes pioneiras”. As frentes pioneiras, sim, de vários modos estiveram relacionadas com propósitos de racionalização na ocupação do espaço e de integração das regiões “novas” à racionalidade empreendedora e capitalista dominante. Ou seja, as frentes pioneiras – como a do Norte do Paraná a partir dos anos trinta, a paulista dessa mesma época, a goiana dos anos cinqüenta, em relação com a abertura da Rodovia Belém-Brasília – foram marcadas pela expansão da agricultura moderna e de mercado, pela formação de cidades e pela urbanização. Já as frentes de expansão tiveram outras características. Foram e têm sido marcadamente expressões da expansão territorial do modo de vida próprio de populações residuais da frente pioneira. São populações de vários modos integradas no sistema econômico e na sociedade apenas parcialmente, de modo precário e marginal. As frentes de expansão são frentes de reprodução do que sociologicamente se chama de atraso. É com as frentes pioneiras que o moderno chega rapidamente às novas regiões desbravadas.

Ao pôr ordem na ocupação territorial, as frentes pioneiras têm deslocado os ocupantes da terra, geralmente posseiros que, por sua vez, no devido tempo, ocuparam terras indígenas e promoveram a expulsão dos índios de seu respectivo território. Não raro, a frente de expansão é também produto da violência contra o índio, acompanhada até mesmo da prática do genocídio. Darcy Ribeiro disse, num de seus livros, que na frente da expansão o índio tem contato com o que de pior há na sociedade brasileira. Ao longo dos anos setenta e oitenta (e ainda há dramáticos episódios desse processo, como o que envolveu garimpeiros e índios Cinta-larga, em Rondônia, no

mês de abril de 2004) terras indígenas foram ocupadas por posseiros expulsos de suas posses no Mato Grosso, em Goiás, no Pará, em Rondônia, no Acre e no Maranhão. E foram tão violentos com os índios quanto os proprietários de terra da frente pioneira foram com eles próprios. Nessa época houve uma peculiaridade: as grandes empresas também invadiram terras indígenas diretamente, suprimindo a fase da frente de expansão que foi característica até então da história territorial do Brasil.

Tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira têm uma dinâmica regulada pelo conflito e pela violência, por critérios de justiça privada do pistoleiro, do crime de encomenda, geralmente o crime impune.

**Travessia:** *A partir de sua experiência, qual o lugar dos migrantes nessa história? Qual o saldo que você tiraria?*

**J. S. Martins:** Tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira são formatos diferentes da ocupação territorial do país, decorrências do crescimento demográfico e da própria dinâmica de nossa economia. Em ambos os casos temos migrações, sem contar o deslocamento de populações indígenas de seus lugares de origem, expulsas por esse duplo movimento de ocupação de território pela sociedade dominante. Quase todos os povos indígenas do Brasil Central são povos que estão migrando lentamente desde a Conquista em direção às cabeceiras dos rios. Só nos últimos anos começaram a se radicar em termos aparentemente definitivos nas terras em que se encontram neste momento. Os Tapirapé, do Mato Grosso, um povo de língua Tupi, são provavelmente remanescentes dos Tupinambá do litoral maranhense, em fuga desde a Conquista, paralisados finalmente no meio de territórios ocupados por inimigos tradicionais, os povos de língua Jê, e sem possibilidade de ir adiante. Os Wãipí, por sua vez, deslocam-se há uns trezentos anos do centro-oeste em direção ao norte, em fuga, provavelmente pressionados por povos

inimigos, por sua vez pressionados pelos brancos. Os brancos que atuam nessa pressão de forma mais consistente, porque ocupam o território como populações agrícolas, são geralmente posseiros pobres, não raro mestiços de índios, praticantes do que chamo de agricultura do excedente: plantam para subsistência e vendem excedentes comerciais, num regime econômico misto, diverso dos agricultores da frente pioneira, que produzem fundamentalmente para o mercado, mesmo quando se trata de agricultura familiar. As duas frentes abrem diferentes modalidades de inserção na economia e diferentes formas de sobrevivência. Nesse sentido, o Brasil é um dos últimos países do mundo a dispor de território suficiente para absorver produtivamente excedentes populacionais de outras regiões do país, já saturadas. Esse é um fato, de outra dúvida, positivo. As migrações associadas à expansão da fronteira econômica têm sido uma marca da história contemporânea do país. Praticamente se criou uma cultura da migração, ainda não estudada e mal compreendida nos seus valores de orientação, suas regras, sua mentalidade, sua sociabilidade. É possível encontrar no Maranhão, no Pará, no Mato Grosso e em Rondônia, famílias de migrantes descendentes de italianos e alemães que chegaram ao Brasil na segunda metade do século dezenove, foram assentados em núcleos coloniais no sul, deslocaram-se nos anos cinquenta para o Paraná e a partir dos anos setenta migraram para os estados amazônicos. São os agentes da frente pioneira, proprietários de terra, ainda baseados na agricultura da família, mas uma agricultura modernizada e quase sempre empreendedora. Na perspectiva histórica de longo curso, essas famílias estão migrando há mais de cem anos e há várias gerações. Nada garante que esta seja a última geração a migrar. O fenômeno da migração dos chamados brasiguaios, brasileiros que entraram no território paraguaio, constitui uma boa indicação de que barreiras jurídicas e nacionais não tolhem esse processo. Em escala bem menor, migrantes brasileiros com a mesma motivação têm sido encontrados no Uruguai e no oriente boliviano.

No meio, estão as populações pobres que protagonizam as características próprias da frente de expansão, derrubando a mata, iniciando cultivos de subsistência com base em técnicas tradicionais, basicamente a chamada "agricultura de roça" ou de coivara: derrubada da mata, queima, preparo da terra e plantio. Quando a fertilidade da terra declina, depois de seis ou sete anos, há novo deslocamento. Encontrei nas frentes de expansão famílias inteiras que migraram de longas distâncias, não raro por meios precários. Como encontrei também, em Rondônia, famílias de genitores idosos que estavam vivendo seu sétimo deslocamento.

De vários modos, são todos migrantes, tecnicamente falando. Se tem havido muita violência, muita

privação, muita doença, muitas mortes, por períodos que são, de fato, os de maior vitalidade de toda uma geração, as frentes pioneiras acabam, não obstante, se estabilizando e criando núcleos civilizados nas grandes e populosas cidades que aí se formam. Vi com enorme surpresa Ariquemes, em Rondônia, antigo posto telegráfico e mero acampamento quando lá cheguei pela primeira vez, em 1977, transformar-se numa cidade moderna em pouquíssimos anos. Vi o mesmo em relação a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. A primeira vez que fui a Conceição do Araguaia, no Pará, o aviãozinho da Votec descia praticamente na praça da Igreja. Hoje aquela é uma enorme cidade. Vejo essa expansão de maneira muito positiva e não posso deixar de confrontá-la com a situação dramática dos que escolheram a direção oposta para migrar: Em vez de irem para o interior e para as novas regiões, foram para as grandes cidades e viver a miséria das favelas, dos cortiços e não raro das ruas. Isso obviamente não quer dizer que todos os que migraram para as grandes cidades tenham sido alcançados por essa situação extrema nem quer dizer que todos os que acompanharam a frente pioneira estejam vivendo no melhor dos mundos. Mas o balanço é positivo em favor das novas regiões. Os migrantes foram desafiados a criar ali tanto a sociedade civil quanto o Estado, tanto a ordem quanto a lei, e essa é, sem dúvida uma experiência social e política que outros povos já não têm a possibilidade de viver.

**Travessia:** *No contexto do início do século XXI, ainda há lugar para se falar de "frentes de expansão"?*

**J. S. Martins:** Num país como o Brasil, ainda há oportunidades de ocupação territorial segundo esse modelo. Essas oportunidades vêm declinando quanto à frente de expansão, mas ainda é vigorosa no que se refere à frente pioneira. A enorme expansão da cultura da soja e da cultura do arroz, culturas essencialmente comerciais, tem sido o motor de alargamento do território econômico e o fator de surgimento de cidades modernas no interior do Mato Grosso e do Pará. A velocidade do deslocamento da frente pioneira tem anulado a possibilidade intermediária da frente de expansão e reduzido as oportunidades econômicas das populações pobres para as quais não há lugar permanente nos empreendimentos da frente pioneira. Isso explica a importância da luta pela reforma agrária e suas peculiaridades nas regiões de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, como acontece no Pará. É uma forma de assegurar direitos territoriais a populações que acabariam sem alternativas de vida em face da indisponibilidade de terras indígenas para invasão, o que decorre da maior sensibilidade da sociedade pela questão indígena e de maior responsabilidade do Estado quanto à tutela

dessas populações. As frentes de expansão tendem a ser bloqueadas e imobilizadas tanto pela reação das populações indígenas, hoje uma reação política e organizada, quanto também pelo maior interesse em expandir territorialmente as oportunidades econômicas do grande capital através do agronegócio. Esse dilatamento da frente pioneira não se dá unicamente em relação a terras "virgens". Se dá também em relação aos bolsões antigos de terra supostamente infértil em territórios já ocupados há muito tempo. Tem sido o caso do cerrado em Minas, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Novos conhecimentos científicos sobre essas terras e novos recursos tecnológicos, como sementes selecionadas e fertilizantes, tornaram esses bolsões novas e peculiares frentes pioneiras, terras baratas que podem produzir significativos resultados econômicos. Até empresas produtoras de soja estão se deslocando dos Estados Unidos para o cerrado de Minas Gerais, onde as terras custam menos de dez por cento do que custam lá, produzindo, porém, o mesmo resultado econômico. Aproveitam nossa liberalidade no acesso a direitos territoriais, privando a economia brasileira da oportunidade de que o país retenha parcela maior da diferença de renda territorial entre as duas economias. Nessas frentes pioneiras, tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar alimentam a sua lucratividade com a chamada renda diferencial da terra, um sobre-lucro que se agrega ao lucro capitalista normal ou compensa perdas decorrentes dos custos de transporte dos lugares mais distantes para os mercados de destino.

Portanto, há ainda um espaço para expansão dos setores economicamente mais modernos da economia que dependem de novos territórios para isso. E território, nessa perspectiva, não significa apenas nem simplesmente extensão territorial: significa também localização e *distância econômica* entre o ponto de produção e o mercado de destino. Esse fato movimentava também a frente de expansão e a revitaliza, sobretudo nas áreas de decadência econômica, que também há. Esse é um fato histórico: quando a economia da borracha entrou em crise e os seringais foram abandonados pelos seringalistas, as terras, no Pará e em outros lugares, foram ocupadas por posseiros e a frente de expansão se alargou. O mesmo vem acontecendo em algumas áreas do Nordeste, de São Paulo e do Paraná. Não raro, as organizações de sem-terra têm induzido trabalhadores a ocuparem justamente essas terras abandonadas ou subutilizadas, estabelecendo ali uma dinâmica econômica e social característica da frente de expansão.

**Travessia:** *Você abordou nos seus estudos a questão do encontro com o "outro" na fronteira. Como você colocaria essa questão a partir do ponto de vista do migrante?*

**J. S. Martins:** A questão da alteridade sempre foi muito problemática nesses deslocamentos territoriais de populações étnica e culturalmente diferentes. O momento mais dramático, e até trágico, foi sem dúvida o dos anos setenta e oitenta. As revoltas indígenas atenuaram a tragédia e de algum modo ajudaram muito na criação de uma cultura do reconhecimento dos méritos, virtudes e direitos das populações indígenas. O mesmo não aconteceu com os posseiros da frente de expansão, basicamente porque duplamente estigmatizados: de um lado, como inimigos reais das populações indígenas; de outro lado, porque definidos como inimigos reais do progresso econômico.

As populações indígenas tinham e têm, no geral, no seu sistema conceitual, uma clara definição do outro e de si mesmas e até desenvolveram esquemas de inserção da figura do branco opressivo, invasor e violento no seu imaginário. No sistema conceitual xavante, por exemplo, o branco está classificatoriamente situado na mesma categoria da onça, um animal destrutivo e predador.

De certo modo, as populações pobres da frente de expansão também têm uma definição, embora menos rica, do outro, a população indígena. Essa definição vem da cultura missionária católica dos tempos coloniais. Ainda é muito comum encontrar no vocabulário dos pobres da frente de expansão a distinção entre "cristão" e "pagão", entre batizados e não batizados, entre "nós" e "eles". Nessa distinção, o branco batizado desconhece a humanidade do índio que, por essa razão, é classificado na mesma categoria dos não humanos, sendo portanto, de certo modo, animal de caça. Nos anos setenta ainda se realizavam expedições de caça e extermínio de índios, como aconteceu na perseguição aos índios Uru-éu-uau-uau, de Rondônia, por parte de colonos que haviam se instalado em terras indígenas: uma das famílias teve um filho morto e outro, criança, raptado.

Não é mais civilizada nem é generosa a visão que os agentes do grande capital empreendedor têm tanto de índios quanto de posseiros. Nos anos setenta, há uma geração portanto, os grandes fazendeiros das novas fazendas do Mato Grosso chegaram a propor que o governo colocasse os índios recém contatados sob tutela das empresas, para que pudessem trabalhar e se tornar "úteis" para o país, algo como o regime dos índios administrados que teve vigência no período colonial e instituiu a escravidão indígena. E a prática do trabalho escravo em relação a populações que procedem da própria frente de expansão, ou de bolsões residuais dessa frente nas várias regiões do país, é bem indicativa de uma concepção do ser humano em que o outro não se distingue do mero animal de trabalho.

**Travessia:** *Apesar de a fronteira ter sido palco de conflitos para a conquista e a posse da terra, o que se tem observado, freqüentemente, é que muitos daqueles que conquistam a posse, em seguida põem-se de novo em processo de mudança, às vezes em busca de uma nova fronteira. Como pensar e lidar com essa mobilidade constante dos camponeses?*

**J. S. Martins:** Mesmo nas áreas em que o governo promove a regularização fundiária e concede ao posseiro o título de terra, no intuito de fixá-lo, tem sido comum a revenda de lotes e o deslocamento do assentado. A venda é completamente irregular e por lei o praticante dessa irregularidade deveria ficar definitivamente fora da possibilidade de novo assentamento. No entanto, as coisas não ocorrem desse modo. O governo reluta em tomar medidas disciplinares e repressivas contra os que infringem, desse modo, a lei e os direitos de todos. Em alguns assentamentos do Norte, sessenta por cento dos lotes foram revendidos irregularmente. Com isso, o beneficiário da reforma agrária se torna o seu principal inimigo. Isso mostra que um número possivelmente grande de beneficiários da reforma se comporta como o latifundiário combatido por aqueles que apóiam a reforma: é que ao vender demonstram que não estão interessados em *terra de trabalho*, mas em *terra de negócio*, terra para ser vendida, para dela se extrair apenas renda fundiária especulativa. Essa conduta configura uma modalidade de parasitismo completamente incompatível tanto com a modernização econômica e social do país, quanto com a luta pelos direitos sociais das populações pobres do campo.

Considerando que os assentamentos e a regularização têm um custo para o país e para o governo, trata-se de apropriação indébita, trata-se de um roubo, e como tal deveria ser punido. Mesmo que fosse uma punição educativa, com a finalidade de cercear o alastramento dessa modalidade de delinquência praticada em nome dos legítimos direitos sociais dos pobres. Trata-se de um delito ingênuo que, no entanto, lesa o país e lesa os que de fato precisam de terra para trabalhar. A falta de autoridade na reforma tem facilitado essa irregularidade, em parte alimentada pela cultura da migração, a que me referi, uma instabilidade culturalmente arraigada e de difícil controle.

Um caminho certamente antipático seria o de apertar o torniquete da reforma, sendo o governo mais seletivo e rigoroso, até mesmo na punição daqueles que assim agem. Não há possibilidade de fazer reforma agrária sem levar em conta que, em todas as partes, a reforma é um instrumento da ordem. Não só da ordem política, mas também da ordem social. Nesses casos o que temos é pura desordem e a reforma agrária convertida num sistema de esmolas que é, certamente, o mais caro do mundo. A reforma perde aí o sentido. A

revenda de lotes, sem dúvida, expressa também um mecanismo de transferência de renda, porém iníquo e socialmente inútil, além de ser economicamente irracional e predatório. E o suposto beneficiário da transação ilegal acaba retornando ao “trecho”, como se diz em algumas regiões, à estrada, a “cachorra” nas costas, a matula nos ombros, em busca de um destino adiante, quando o destino já ficou para trás.

**Travessia:** *Você também é uma das autoridades sobre o trabalho escravo. Como se coloca a relação entre fronteira e trabalho escravo, atualmente, no Brasil?*

**J. S. Martins:** A frente de expansão e, sobretudo, a área de superposição de frente pioneira e frente de expansão, tem sido o lugar por excelência da prática da peonagem, ou escravidão por dívida. Como a economia da frente de expansão não é uma economia regulada diretamente pelas regras da racionalidade do capital e da reprodução capitalista ampliada e, portanto, a produção não é aí apoiada no trabalho propriamente assalariado, os empreendimentos que estão chegando com a frente pioneira têm procurado tirar vantagem do atraso próprio da frente de expansão: relações sociais tradicionais e atrasadas, mentalidade pré-política, maior vulnerabilidade do trabalhador de perto e de longe. O trabalho escravo não é apenas expressão da voracidade do capital; ele é também expressão da fragilidade e do atraso do trabalhador.

Mas o trabalho escravo não é um fenômeno característico ou exclusivo da frente de expansão. Essa modalidade de exploração ilegal do trabalho tem seu pleno sentido no próprio processo de reprodução ampliada do capital que se materializa e se multiplica com a expansão territorial. O trabalho escravo não é, portanto, uma sobrevivência do passado, mas uma expressão e uma virtualidade do próprio capitalismo e da própria sociedade moderna. Por isso, deve ser combatido e temido. Justamente por isso, também, apesar de ter o Brasil hoje um eficiente e ativo programa de combate ao trabalho escravo e de termos tido significativas reduções no número dos trabalhadores submetidos a cativeiro (uma queda de cerca de quatrocentos mil nos anos setenta para cerca de vinte e cinco mil na atualidade, segundo informe do atual governo às Nações Unidas), a tendência tem sido a do contínuo reaparecimento dessa prática, até mesmo em áreas e regiões inesperadas, como as de agricultura intensiva já estabilizada ou áreas de reflorestamento.\*\*

\* *José de Souza Martins é Professor Titular aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão.*

\*\* As perguntas, ao entrevistado, foram feitas por escrito no dia 12 de abril de 2004 e as respostas foram enviadas à Travessia no dia seguinte, também por escrito.